

O pacto ganha novos rumos. Freire protesta e o PT sai fora.

Presidentes dos partidos políticos e das centrais sindicais, líderes no Senado e na Câmara e cinco ministros de Estado foram convidados a participar, hoje, do Encontro Pró-Consenso Nacional, coordenado pelo presidente do Congresso, senador Nelson Carneiro. A extensão do fórum aos ministros da área econômica mudou o rumo da reunião, prevista inicialmente para a promoção de um pacto antiterror, capaz de garantir a normalidade democrática e a eleição presidencial. Por causa disso, o PT anunciou ~~que~~ não comparecerá ao encontro e o candidato do PCB à Presidência, Roberto Freire, autor da proposta original, vai apresentar um documento condenando a extrapolação da idéia.

O fato é que o encontro de hoje não está motivando as lideranças. A idéia de um pacto social não consegue credibilidade dentro dos partidos políticos. O líder do PTB, deputado Gastone Righi, confessou, inclusive, que desconhecia a proposta. A reivindicação dos líderes era no sentido de que o Congresso assumisse uma postura quanto aos atentados terroristas, mas a maioria deles não crê que seja o momento de discutir um pacto mais amplo. O deputado Lisâneas Maciel (PDT) disse que tentará convencer seu partido a não comparecer e, até o final da tarde de ontem, o PFL

ainda não tinha designado representante. O pacto ampliado só foi defendido pelo líder do PMDB no Senado, Ronan Tito (MG).

Foram convidados por Carneiro para participar do encontro os líderes e presidentes dos partidos, além dos ministros Máílson da Nóbrega, João Batista de Abreu, Dorothea Werneck, Oscar Corrêa e Ronaldo Costa Couto.

CNI

A ministra do Trabalho, Dorothea Werneck, que participou ontem do seminário "Greve e Democracia", promovido pela Confederação Nacional da Indústria, afirmou que o pacto social é uma idéia que deve merecer o apoio de todos. Para ela, deve existir uma pauta mínima de reivindicações que atenda aos interesses de todos. Já o presidente da CGT, Antônio Rogério Magri, também presente ao seminário, disse que o pacto social deve ser estabelecido por empresários e trabalhadores. "As duas partes é que devem administrar as negociações." O senador Albano Franco, presidente da CNI, também defendeu a idéia do pacto, dizendo que é importante "fazer um acordo nacional de emergência entre governo, empresários e sindicatos, pois não é possível admitir essa escalada inflacionária".